

**Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da
Assembleia da República**

Porque consideramos que a arquitectura, pelas múltiplas interações que nela se exprimem e pelo modo como nela se evidenciam modos de fazer e de viver, é uma das mais relevantes manifestações culturais;

Porque consideramos que, presentemente, a arquitectura portuguesa é um dos mais importantes marcos da nossa afirmação cultural no exterior;

Como candidatos ao Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos para o triénio 2017-2019 gostaríamos de chamar a atenção para alguns aspectos que afectam a nossa actividade:

- Necessidade de uma cuidadosa adaptação da legislação comunitária à realidade portuguesa, tendo em conta as nossas especificidades, desde a estrutura dos cursos aqui ministrados, até à estrutura socio económica dos utilizadores;
- Necessidade de uma cuidadosa adequação dos fundos europeus para uma efectiva revitalização das zonas interiores, em rápido processo de despovoamento, numa política que defendemos deveria ser orientada para a elaboração de um plano estratégico a médio prazo onde a arquitectura possa desempenhar o seu papel na recuperação e revitalização do reordenamento da paisagem e do território;
- Elaboração de um Plano estratégico que deve contemplar igualmente a necessidade de coordenação entre diversas entidades intervenientes no espaço publico no sentido de uma optimização de recursos e tarefas, tendo em vista a efectiva melhoria da qualidade deste (infraestruturas, sinalética, etc);
- Desenvolvimento de acções de divulgação de uma cultura arquitectónica que ultrapassa em muito as obras monumentais

Para tal consideramos prioritária a:

- Necessidade de serem revistos, reenquadrados e/ou completada a legislação dos vários instrumentos desde o planeamento ao projecto no sentido da construção de uma rede coerente e eficaz para a prática profissional e para a actuação administrativa.

Só a existência clara dessa rede permitirá a efectiva descentralização e difusão de uma arquitectura de mais qualidade em espaços tão desqualificados como as periferias urbanas ou os meios rurais.

- Pelo modo como passado e presente se tocam, um dos campos de actividade onde muitos destes aspectos mais se evidenciam é seguramente no do Património e nomeadamente na reabilitação urbanística, actualmente em significativo e oportuno desenvolvimento, onde consideramos necessário restringir a utilização abusiva de instrumentos legislativos criados para facilitar situações excepcionais (como a dispensa de projectos para edifícios de escassa relevancia urbanistica) mas cuja generalização conduz a resultados manifestamente perversos.

Porque consideramos que o papel da Ordem na chamada de atenção antecipada de múltiplos destes aspectos é fundamental para a produção de toda a necessária estrutura legislativa, gostaríamos de desenvolver uma prática apoiada nessa colaboração com os diversos órgãos de soberania e nomeadamente com a Assembleia da República.

Lista A – Um Rumo, Uma Ordem

José Manuel Pedreirinho

Candidato a Presidente do Conselho Directivo Nacional

Daniel Fortuna do Couto

Candidato a Vice Presidente do Conselho Directivo Nacional